

Danilo Cabral lança Frente em Defesa da Companhia Hidrelétrica do São Francisco

Foto: Assessoria do deputado



A Câmara dos Deputados lançou, na terça-feira (29), a Frente Parlamentar em Defesa da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf). A iniciativa partiu do deputado federal Danilo Cabral (PSB-PE), após o Governo anunciar que analisa a possibilidade de privatizar a Eletrobrás e suas subsidiárias, como é o caso da Chesf. O socialista presidirá o colegiado.

Para Danilo, a privatização de todo o setor elétrico é um ataque à soberania do País. O socialista reforçou ainda que a Chesf é patrimônio dos nordestinos e essencial para o desenvolvimento da região. “A Companhia já tem 70 anos de história e deve ser valorizada. Vamos fazer uma grande mobilização para proteger o Rio São Francisco, a Chesf e a Eletrobrás”, disse.

O objetivo da Frente é mobilizar o Congresso e a sociedade em defesa da Chesf, que representa 10% da capacidade de energia instalada no País. O plano de trabalho do grupo prevê realização de seminário nacional, audiências públicas, reuniões com representantes do Governo Federal, debates com especialistas, técnicos e trabalhadores do setor elétrico, além de visitas técnicas às instalações da Companhia nos estados do Nordeste.

A Hidroelétrica do São Francisco representa a maior rede de geração e transmissão de energia elétrica em alta tensão do País, com 13 hidrelétricas e uma termoelétrica. Sua força vem das águas do São Francisco que corta o interior de Minas e passa pela Bahia, Ser-

gipe, Alagoas e Pernambuco. A Companhia investe também em sistemas de geração de energia solar, bem como na implantação de estações que medem potencial eólico da Região Nordeste.

■ Andrea Leal com Ass. do Dep. Danilo Cabral



Danilo será o presidente da Frente Parlamentar

Valores

Flavinho debate o papel da educação na formação ética do indivíduo

2

Sessão Solene

Câmara dos Deputados celebra o primeiro Dia Nacional do Perdão

3

Audiência Pública

Severino Ninho discute com especialistas o consumo de agrotóxicos pela população

4

Valores

Na Comissão de Educação, Flavinho debate formação da ética e de valores

Rhafael Padilha

A Comissão de Educação promoveu, na terça-feira (29), audiência pública para discutir a educação para a formação ética e de valores. O debate foi subscrito pelo deputado federal Flavinho (PSB-SP), que acredita ser importante refletir sobre as necessidades e os limites da escola, e discutir o espaço de formação moral e ética. “De nada adianta debater tudo isso de forma teórica se não alcançarmos os alunos, os professores e o ambiente escolar.”

De acordo com o socialista, os especialistas acadêmicos convidados para a reunião ajudam a entender as implicações de uma educação voltada a valores no Brasil contemporâneo. “Sabemos que a ética, especialmente nos dias de hoje, é definida por setores e grupos. Mas para uma sociedade que deseja mudanças profundas, a ética precisa partir de sua base fundamental”, completou.

A representante da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (MEC), Sandra Zita Silva alertou que essa discussão serve para além da instrução oferecida pela escola. “O Ministério da Saúde pode subsidiar esse debate com toda legislação vigente, pois é ela que vai atender a sociedade. A escola pode e deve formar seres humanos capazes de transformar a realidade que vivemos, apesar que dentro dela também temos questões tão complicadas quan-



Para Flavinho, modelo educacional está fêlido to as que confrontamos na sociedade”, explicou.

O professor e representante do Instituto de Educação em Valores Humanos, Gonçalo Vicente Medeiros, também participou da reunião e afirmou que valores não se aprendem com teoria, e sim, com a prática da vivência diária em sociedade. “Hoje vemos muitos alunos preocupados em atingir a excelência acadêmica e esquecem da excelência humana, que tão pouca é ensinada. Aprendemos o que é a verdade quando entramos dentro de si, através das práticas dos valores humanos. Uma dessas verdades é gostar de si mesmo.”

Flavinho também acredita que uma criança de 13 anos está pautando suas ações no que ela vê na TV, escuta em sala de aula ou no que lê na internet. “De nada adianta uma instituição formar um excelente profissional, se ele não tem ética. É hora de rever o que queremos para o futuro de nosso País.”

Curtas



A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização fará audiência pública, ainda com data a ser definida, para debater o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). O requerimento para o debate é do socialista **Danilo Forte (CE)** e foi aprovado nesta terça-feira (29). “A audiência servirá para responder aos questionamentos relacionados ao FNE. O colegiado também poderá contribuir com sugestões para expansão de investimentos no Nordeste, com investimentos necessários para geração de emprego e renda”, acrescentou o socialista. Entre os convidados para o debate estão o ministro da Integração Nacional, Hélder Barbalho, e o presidente da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), Marcelo das Neves.



A pedido do deputado **Hugo Leal (PSB-RJ)**, a Comissão de Viação e Transportes debateu, nesta terça-feira (29), a instituição do Dia Nacional de Mobilização em Memória de Vítimas de Trânsito. A data ainda não é oficial no Brasil, mas já foi estabelecida mundialmente pela Organização das Nações Unidas (ONU), desde 2005, a ser celebrada todo terceiro domingo do mês de novembro. “A cada ano mais de 40 mil pessoas morrem e entre 20 e 50 milhões de pessoas ficam feridas em acidentes de trânsito. Trata-se de uma tragédia de dimensões catastróficas que afeta milhões de famílias com a morte prematura ou a incapacitação de entes queridos”, disse.

Acompanhe as últimas novidades do PSB também pelo nosso site.



Como fazer?

Instale um leitor de QR Code no seu smartphone, Ipad ou Ipod Touch; Com o leitor, posicione o celular a centímetros de distância do código até que ele visualize toda a barra; Fotografe o código e espere a página abrir no seu navegador.

Sessão Solene

Dia Nacional do Perdão é celebrado no Plenário da Câmara

Mariana Fernandes

“Essa é a primeira Sessão Solene no Dia Nacional do Perdão”, disse emocionada a deputada federal Keiko Ota (PSB-SP) ao dar início aos discursos no Plenário da Câmara dos Deputados, nesta quarta-feira (30), como parte das celebrações pelo movimento “Agosto Violeta – semeando perdão, colhendo paz”.

Com o objetivo de propor o perdão como instrumento de tolerância entre as pessoas, o Agosto Violeta surgiu também para expandir o alcance da Lei nº 13.437/2017, que institui o Dia Nacional do Perdão em 30 de agosto, de autoria da socialista Keiko.

“Essa lei foi pensada por vocês e para vocês. As diversidades vêm testar a nossa capacidade de discernir o certo do errado para nosso crescimento. O Dia Nacional do Perdão veio para provocar o nosso consciente de que sempre temos mais de uma opção”, afirmou.

A convite da parlamentar, o cartunista e membro da Academia de Letras Maurício de Sousa esteve presente na sessão. Segundo Keiko, ele é um grande investidor Paulista da cultura da paz e ajudou a transformá-la em um projeto nacional. “Acredito que o Dia do Perdão deve ser uma excelente oportunidade para tentarmos enxergar as coisas a partir do ponto de vista do outro. Mesmo sem concordar temos que aprender a respeitar. A beleza da democracia é que as opiniões possam ser expostas sem que resultem em violência”, enfatizou Maurício de Sousa.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) tem como missão primordial a construção da paz, segundo a representante da instituição, Mariana Braga. “A cultura da paz está intrinsecamente relacionada a prevenção e a resolução de conflitos não violentos, que respeita todos os direitos individuais”, afirmou Braga, após parabenizar



Keiko foi autora da Lei que instituiu o Dia do Perdão e encerrou a sessão pela institucionalização do Dia do Perdão.

Com a presença dos alunos da Orquestra do Serviço Social da Indústria do Distrito Federal – Sesi/DF, a deputada Keiko Ota encerrou a sessão. “Espero que a cada ano mais pessoas tomem consciência dessa lei, pois muitos dos crimes cometidos são causados pelo ódio e pela vingança.” Durante todo o mês de agosto, o prédio do Congresso Nacional ficou iluminado com a cor violeta em referência a data.

Integração Nacional

Socialistas querem debater impacto ambiental gerado pela mineração

Moreno Nobre

Os socialistas Valadares Filho (SE) e Janete Capiberibe (AP) querem debater sobre a extinção da Reserva Nacional de Cobre e Associados (Renca), localizada entre o Amapá e o Pará, além dos impactos ambientais da atividade de mineração. Os parlamentares tiveram requerimentos aprovados na Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia para realização de audiências públicas relacionadas ao tema.

Presidente do colegiado, o deputado Valadares lembra que o decreto que extingue a Renca traz ameaça a nove áreas protegidas na Amazônia, em território equivalente ao tamanho do Espírito Santo.



Google Imagens

Além disso, o mesmo decreto afirma que a extinção da reserva não afasta a aplicação da legislação sobre proteção da vegetação nativa, unidades de conservação da natureza, terras indígenas e áreas em faixa de fronteira. “Entretanto, essa ressalva em nada assegura

que nações indígenas continuem a ser protegidas”, acrescentou.

Janete conta que a área da reserva é rica, sobretudo em ouro, mas também em tântalo, minério de ferro, níquel e manganês. A explicação para abertura da atividade de mineração no local é que a atividade vai gerar empregos numa região inóspita do País, vai melhorar o IDH de cidades próximas, estimular a economia dos estados envolvidos, atrair investimentos e deter garimpos ilegais de ouro.

No entanto, a parlamentar não concorda com essa justificativa. “Estudiosos afirmam que a mineração é atividade extremamente impactante e serão necessários estudos para que os impactos sejam mensurados”, lamentou.

Severino Ninho questiona Anvisa sobre o risco de uso de agrotóxicos

Andrea Leal

Foto: Depositphotos

O *Jornal Diário de Pernambuco* publicou, em abril, matéria sobre o impacto do agrotóxico na saúde do Brasil. No texto, informação dada pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva, mostra que 70% dos alimentos *in natura* no Brasil estão contaminados por agrotóxicos. A pedido do deputado Severino Ninho (PSB-PE), a Comissão de Defesa do Consumidor realizou audiência pública, na terça-feira (29), para ouvir o Ministério da Agricultura e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) sobre as denúncias presentes na matéria do jornal.

O socialista argumentou que as informações presentes na notícia são preocupantes. Dos 70% de alimentos contaminados, 28% contam com substâncias não autorizadas pela Anvisa. De acordo com o Instituto Nacional do Câncer (Inca), o uso excessivo de agrotóxicos tem incidência em certos tipos de câncer e doenças genéticas. “O Brasil ainda caminha na contramão da tendência mundial de se livrar dessa ameaça. Ocupamos a primeira posição no ranking mundial de consumo de agrotóxico”, lamentou Ninho.

A representante da Anvisa, Adriana Pottier, explicou que as substâncias proibidas encontradas em determinados alimentos nem sempre são proibidas em outros, o que dificulta a fiscalização. “Tem pesticida que pode ser usado no mamão e não pode no pimentão, por exemplo.” Adriana é coordenadora do Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos da Gerência Geral de Toxicologia da Agência.

Questionada pelo deputado também sobre a informação de que 50% das substâncias utilizadas no Brasil são proibidas na Europa e Estados Unidos, Adriana disse que nem sempre um produto sai do mercado por ser perigoso



para saúde. “Cada país tem suas peculiaridades na produção de alimentos. Por essa razão, defendemos uma profunda análise dos produtos e condições para que em nenhum caso o consumidor seja atingido”, complementou.

Os produtos registrados pela Anvisa não têm prazo de validade a ser expirado, o que, para a advogada da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor, Sonia Amaro, dificulta a retirada do mercado em caso de necessidade. “Em países da Europa, nos Estados Unidos e no Japão, as substâncias no mercado são revistas de tempos em tempos. Se apresentarem qualquer risco à população são proibidas. Aqui no Brasil, são feitos estudos sem prazo para retirada da substância do mercado”, lamentou.

A fiscalização da produção é feita pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) duas vezes ao ano. Cabe as secretarias de agricultura regionais inspecionarem durante todo o ano, inclusive com competência legal, para aplicar sanções previstas. A informação foi dada pelo representante do MAPA, José Coriolano. “São feitas interdições, apreensões de produtos

ilegais. Estamos sempre em busca de aperfeiçoar o controle das substâncias proibidas.”

Preocupado com os dados apresentados, o presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, deputado Rodrigo Martins (PSB-PI), solicitou que o MAPA disponibilize ao colegiado informações dos últimos cinco anos das fiscalizações realizadas no intuito de barrar o aumento de agrotóxicos nos alimentos. “A nossa preocupação é com o consumidor, com a saúde da população. Vamos fazer o que estiver ao nosso alcance para que o monitoramento seja cada vez mais eficiente”, disse.



Ninho requereu a realização do debate na Comissão